

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Leite – MDB
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT
2ª-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD
3ª-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV
1º-Secretário: deputado Gustavo Santana – PL
2º-Secretário: deputado Vítório Júnior – PP
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

SUMÁRIO

1 – ATAS

- 1.1 – Reunião Ordinária da Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura
- 1.2 – Comissão

2 – ORDENS DO DIA

- 2.1 – Plenário

3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

- 3.1 – Plenário
- 3.2 – Comissão

4 – PARECERES

5 – RELATÓRIOS DE VISITA

6 – CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO

7 – ASSEMBLEIA FISCALIZA

8 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA EM 9/9/2026

Presidência da Deputada Beatriz Cerqueira

Sumário: Comparecimento – Falta de Quórum.

Comparecimento

– Comparece a deputada e o deputado:

Beatriz Cerqueira – Ulysses Gomes.

Falta de Quórum

A presidenta (deputada Beatriz Cerqueira) – Às 14h7min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 10, às 14 horas, com a ordem do dia a ser publicada, e para a especial também de amanhã, às 19 horas, nos termos do edital de convocação.

ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 11/8/2026

Às 14h42min, comparecem à reunião os deputados Zé Guilherme, Ulysses Gomes, João Magalhães e Lucas Lasmar (substituindo o deputado Cristiano Silveira, por indicação do BDL), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Zé Guilherme, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre

parênteses: ofícios do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, encaminhando relatório de atividades (um ofício em 17/7/2026); da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, encaminhando relação de obras estaduais em andamento (um ofício em 24/7/2026); da Agência Reguladora de Saneamento e Energia de Minas Gerais, encaminhando o plano anual de gestão (um ofício em 9/7/2026); e do Ministério de Justiça e Segurança Pública, informando sobre convênios firmados (um ofício em 30/7/2026). Comunica também o recebimento de mensagem da Sra. Jucimara Bernardes Miranda Silva, encaminhada pelo Fale com as Comissões, solicitando diligência desta comissão em relação ao Projeto de Lei nº 2.382/2020. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei Complementar nº 96/2026 e o Projeto de Lei nº 3.830/2025 são retirados de pauta pelo presidente por não cumprirem pressupostos regimentais. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a inclusão na pauta dos pareceres do Projeto de Lei Complementar nº 96/2026 e do Projeto de Lei nº 3.830/2025, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de setembro de 2026.

Zé Guilherme, presidente – Beatriz Cerqueira – Sargento Rodrigues – Lucas Lasmar.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 10/9/2026, ÀS 14 HORAS

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase

Discussão, em turno único, do Veto nº 35/2026 – Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 196, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Especial da Assembleia Legislativa**

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 19 horas do dia 10/9/2026, destinada a homenagear o programa televisivo Dedo de Prosa pelos 25 anos de exibição na TV Horizonte.

Palácio da Inconfidência, 9 de setembro de 2026.

Tadeu Leite, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Alê Portela e os deputados Doutor Wilson Batista, Carlos Pimenta e Lucas Lasmar, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 10/9/2026, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a saúde mental de veteranos da segurança pública no Estado e políticas públicas de acolhimento, prevenção, tratamento e reinserção social.

Sala das Comissões, 9 de setembro de 2026.

Arlen Santiago, presidente.

**PARECERES****PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 96/2026****Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária****Relatório**

De autoria do deputado Lucas Lasmar, o projeto de lei complementar em epígrafe dispõe sobre o regime de trabalho dos servidores plantonistas da saúde, mediante o estabelecimento de jornadas semanais, escalas de plantão e critérios de apuração mensal da carga horária, no âmbito da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais e do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado.

A proposição foi apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu pela sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma original. Na sequência, as Comissões do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social e de Administração Pública opinaram pela aprovação da matéria, também em sua forma original.

O projeto vem agora a esta comissão para dela receber parecer, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, VII, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei Complementar nº 96/2026 dispõe sobre a normatização do regime de trabalho dos servidores plantonistas da saúde no âmbito da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig – e do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg –, e estabelece definições relativas à organização dos plantões, descanso interjornada, intervalo intrajornada, escalas, trocas de plantão e serviço extraordinário. A proposição também fixa cargas horárias semanais e mensais para os

servidores plantonistas, com variação de 12 a 40 horas semanais. Ademais, disciplina modelos específicos de escalas de plantão compatíveis com as diferentes cargas horárias, prevendo regimes como 12x36 e 12x60, bem como regras para intervalos durante a jornada, ajustes excepcionais de escala, compensação de carga horária excedente e concessão de descanso compensatório.

Segundo o autor, a proposta busca regulamentar de forma justa os regimes de plantão dos servidores da saúde vinculados à Fhemig e ao Ipsemg, a fim de garantir segurança jurídica, melhores condições de trabalho, prevenção da sobrecarga laboral e maior eficiência na prestação dos serviços de saúde.

Em sua análise preliminar, a Comissão de Constituição e Justiça atestou a juridicidade, a constitucionalidade e a legalidade da proposta, ao verificar que seu conteúdo, relacionado à autonomia administrativa e à organização da força de trabalho no serviço público estadual, pertence ao campo de competência legislativa do Estado.

Por sua vez, a Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social reconheceu o mérito da iniciativa sob o aspecto da proteção das condições de trabalho dos servidores plantonistas. Inclusive enfatizou que a definição de jornadas, intervalos intrajornadas e mecanismos de compensação contribui para maior segurança jurídica, melhores condições laborais e aprimoramento da qualidade dos serviços de saúde.

Por fim, a Comissão de Administração Pública reconheceu a relevância da matéria por tratar diretamente da gestão de recursos humanos em unidades assistenciais que operam em regime ininterrupto e dependem de planejamento rigoroso para assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços ofertados. A comissão ainda destacou que “a definição de escalas compatíveis com as cargas horárias contratuais e a formalização de critérios para compensação de jornada tendem a reduzir conflitos administrativos, aprimorar a alocação da força de trabalho e conferir maior racionalidade ao gerenciamento das equipes”.

No que se refere aos aspectos sujeitos à manifestação desta comissão, reconhecemos a relevância da matéria e alinhamo-nos ao posicionamento das comissões anteriores. Desse modo, entendemos que o projeto de lei em comento merece prosperar nesta Casa.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 96/2026, em 1º turno, na forma originalmente apresentada.

Sala das Comissões, 9 de setembro de 2026.

Zé Guilherme, presidente e relator – Beatriz Cerqueira – Lucas Lasmar – Sargento Rodrigues.



RELATÓRIOS DE VISITA

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Participação Popular

Finalidade: Conhecer as condições em que se encontram as mais de cinquenta famílias do povo indígena puri em aldeia localizada na área de retomada situada nas proximidades da Usina Hidrelétrica de Aimorés.

Local Visitado: Aldeia do povo indígena puri em Itueta.

Apresentação

Em atendimento ao Requerimento de Comissão nº 11.098/2024, do deputado Leleco Pimentel, a Comissão de Participação Popular visitou, no dia 11/11/2024, às 9:00hs, a aldeia do povo indígena puri denominada Krim Orutu Puri, que está localizada em área de retomada de território situada nas proximidades da Usina Hidrelétrica de Aimorés.

Participaram da visita o deputado estadual Leleco Pimentel e o deputado federal Padre João. Também estiveram presentes Ednea Dias Sérgio Amon, cacique do povo indígena puri; Henrique Lacerda Arruda, coordenador do programa Médio Rio Doce, da Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social – Aedas; Rubens de Souza, representando Marcelo Werly de Souza, gerente de Responsabilidade Social e Comunicação da Aliança Geração de Energia S.A.; Pedro Henrique Barbosa Gonzaga, integrante da Coordenação Estadual do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB – em Minas Gerais; e Laiza Maria Silva Dutra, agente da Comissão Pastoral da Terra do Estado de Minas Gerais, do Vale do Rio Doce.

Relato

A aldeia indígena, por eles denominada Krim Orutu Puri, situada nas proximidades da Usina Hidrelétrica de Aimorés, na zona rural do Município de Itueta, é fruto de uma retomada de território que se iniciou em meados de setembro de 2024.

Segundo relatório da Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social, a ocupação engloba cerca de 160 indígenas puris na área do consórcio da Usina Hidrelétrica Eliezer Batista. A comunidade está em alerta com o iminente cumprimento de uma ação de reintegração de posse promovida pela empresa.

Assim que a comitiva chegou à aldeia, tornaram-se evidentes as condições precárias dos indígenas. As famílias estão alojadas em barracas insalubres de lona, próximas ao Rio Doce. De acordo com a Aedas, no dia 23/9/2024, havia na aldeia 79 mulheres, 81 homens, 54 crianças e adolescentes e 16 idosos (entre os quais, uma pessoa cadeirante).

Após a chegada dos parlamentares e dos convidados da visita técnica, a cacique da aldeia convocou a comunidade Krim Orutu Puri para se organizar em roda e iniciou uma reza na língua puri. Em seguida, cantaram uma música característica da etnia, ao som de seus instrumentos culturais.

Os deputados Leleco Pimentel e Padre João, subsequentemente, se apresentaram no local, elucidando que o objetivo da visita era compreender as condições da aldeia. O deputado Leleco Pimentel expressou sua gratidão pela recepção da comunidade e mencionou os convidados presentes, salientando a ausência de Douglas Krenak, da Funai, que estava em compromisso em Goiás. Ele apresentou outros participantes, como Henrique Lacerda, da Aedas, Pedro Gonzaga, do MAB, e a representante da Pastoral da Terra, Laiza Dutra. Foi notado que o representante da empresa Aliança Energia, ao ser convidado a se apresentar, já havia deixado o local.

Após os convidados se sentarem à mesa em um espaço preparado para a reunião, o deputado relembrou as lutas históricas e as tentativas de extermínio dos povos puris. Em seguida, Ednea Dias Sérgio Amon, cacique da comunidade Krim Orutu, iniciou sua fala e expressou sua gratidão pela visita e pelo interesse da Comissão de Participação Popular da ALMG em conhecer a situação de seu povo. Ednea manifestou a esperança de que consigam derrubar a liminar de reintegração de posse que ameaça a aldeia. Enfatizou que a prioridade no momento são as crianças e os idosos, salientando a ausência de profissionais de saúde para atender a comunidade.

Ednea Amon também ressaltou a necessidade de uma melhor infraestrutura e do acompanhamento dos órgãos competentes, mencionando que a comunidade já obteve reconhecimento como povo indígena e espera que a ordem emitida em Brasília seja respeitada. Lamentou que, até o momento, as cestas básicas solicitadas, a água potável e os banheiros químicos ainda não tenham sido providenciados. Finalizou expressando o desejo de que as crianças possam permanecer nas escolas e que, no próximo ano, a comunidade tenha um professor indígena na aldeia para resgatar a língua materna.

Alguns membros da comunidade pediram a fala. Eudimar manifestou sua visão de que eles são os donos da mata e da terra e que o terreno em que ocorria a visita é do povo puri e sempre será. Disse que seu povo foi expulso na época da ditadura militar. Acrescentou que o indígena puri “se misturou muito” e “aprendeu muito nessa mistura”. Falou sobre essa miscigenação que, segundo ele, envolveu também o estupro das mulheres indígenas puri. Ele exigiu a devida reparação histórica por parte do Estado Brasileiro, que produziu um massacre sobre o povo indígena, e alertou que os pedidos que a líder Puoná faz ao Estado não custam quase nada e são direitos garantidos na Constituição de 1988.

Andrélica, por sua vez, pediu às instituições que prestem mais atenção ao povo. Mencionou que há pessoas com câncer na comunidade e que não estão recebendo a devida atenção da área de saúde. Destacou a necessidade urgente de assistência médica na comunidade, incluindo a presença de um médico.

Logo após, Chico Puri iniciou sua fala afirmando que “quem deseja a paz deve estar preparado para a guerra”. Ele compartilhou aspectos de seu histórico familiar e destacou características culturais tradicionais. Além disso, Chico elogiou a iniciativa do governo federal de criar um ministério destinado aos povos indígenas.

Michele, a seguir, se apresentou e falou sobre sua relação com a agricultura e com as práticas tradicionais indígenas e como se deu a sua identificação enquanto puri.

Renata, em sua fala, solicitou ênfase na atenção básica à saúde para a aldeia. Ela criticou a falta de assistência à comunidade pela Secretaria Especial de Saúde Indígena – Sesai –, responsável pela coordenação e execução da política nacional de atenção à saúde dos povos indígenas no âmbito do governo federal. Renata também dirigiu críticas à Funai, devido à ausência de apoio e assistência aos indígenas na comunidade.

Celso, visivelmente emocionado, relatou a perda do Rio Doce. Ele afirmou que sempre viveu da pesca, mas atualmente não consegue mais obter pescado para subsistência. Mencionou um problema na perna que lhe dificultou a obtenção de trabalho. Além disso, enfatizou a necessidade de uma terra para plantar e discordou das acusações que os descrevem como desmatadores.

Ester, em sua intervenção, destacou a necessidade urgente de medicamentos na comunidade, incluindo antidepressivos e remédios para hipertensão e diabetes, entre outros.

Kurin Puri, também conhecido como Washington, enfatizou que seu povo sempre esteve nesse local e que atualmente estão em processo de retomada. Relatou a presença de crianças, idosos e pessoas debilitadas na comunidade, além da dificuldade de acesso à água potável e da ausência de banheiros na aldeia. Mencionou ainda que a comunidade tem realizado suas necessidades fisiológicas em locais inadequados.

Marcos corroborou as críticas relativas à ausência da Sesai e à falta de banheiros para a comunidade. Bruno Samir Tupi Puri destacou a ausência de estrutura de saneamento e a falta de energia elétrica, ressaltando como essas carências afetam a comunidade, especialmente devido à presença de crianças e idosos.

Henrique Lacerda, em sua fala, relatou o trabalho da Aedas no território. Ele iniciou se apresentando e fez uma retrospectiva das atividades da instituição na região desde o início do projeto Leste de Minas, parte do programa Médio Rio Doce. Henrique frisou que a associação promove a auto-organização da comunidade e incentiva, dentro das possibilidades de atuação da assessoria, o reconhecimento e a retomada étnica. Uma das principais preocupações da instituição é o acesso à água, tanto em quantidade quanto em qualidade. Ele chamou atenção para a limitação da Aedas, que não pode realizar levantamentos de dados primários sobre a qualidade da água. Henrique também ressaltou a dificuldade de acesso à comunicação na comunidade. Além disso, ele citou dados de uma visita feita pela entidade em setembro e trouxe informações sobre saúde, assistência social, higiene pessoal e transporte no local, destacando este último como um dificultador do acesso a políticas públicas.

Pedro Gonzaga, representante do Movimento dos Atingidos por Barragens, relatou que atua na região desde o início do projeto de construção da barragem de Aimorés. Ele mencionou que os povos originários foram duplamente impactados: pela construção da barragem e pelo rompimento em Mariana. Pedro ressaltou que, desde o princípio, quem cuida dos territórios são os povos indígenas. Ele expressou que o acordo teve poucos avanços em relação à reparação histórica e à luta que os povos indígenas vêm enfrentando.

Representando a Comissão Pastoral da Terra, Laiza Dutra ressaltou que existe o Fórum Permanente da Bacia do Rio Doce, com a Cáritas Diocesana de Governador Valadares, e a regional Minas tenta oferecer assistência aos indígenas. Ressaltou que não dispõem de recursos financeiros, mas estão solicitando ajuda, e que, embora ainda não tenham conseguido, continuam tentando. Isso

inclui a luta pelos territórios, com a qual já estiveram envolvidos antes da retomada. Laiza mencionou os diálogos com o Conselho Indigenista Missionário, que acompanha a região, e enfatizou as conversas frequentes com Ednea, que está sozinha na tarefa de acompanhar a bacia. Afirmou que a Comissão Pastoral da Terra tem criado uma rede de apoio a distância e que tentará estar mais presente na comunidade.

O deputado federal Padre João utilizou sua fala para parabenizar a resistência dos puris, destacando que são eles testemunhas de uma parte importante da história. Ele mencionou que houve tentativas de dizimar os povos indígenas e que algumas pessoas acreditavam que o povo puri havia sido extinto. No entanto, com a retomada, surge a possibilidade de unir o povo. Padre João ressaltou que tentaram substituir o povo pelo gado e que o agronegócio foi responsável pela devastação dos rios. Ele enfatizou a importância da união do povo, destacando a orientação de Ednea na construção dessa união. “Cada puri isolado é como uma varinha que se quebra, mas, quando juntos, não vai ser qualquer empresa que os vai dobrar”, disse o parlamentar. Padre João também lamentou a ausência da Funai e o sucateamento da instituição no último governo, mas pontuou que isso não justificava a falta da fundação à visita. Ele sugeriu um encaminhamento pessoal à presidenta da Funai, afirmando que a entidade deve proteger o povo indígena, e mencionou a luta contra o marco temporal.

O deputado Leleco Pimentel destacou a importância de atuar contra a liminar que solicita a reintegração de posse da área da aldeia. Ele informou que estão buscando uma agenda para tentar suspender essa liminar. O deputado mencionou que este relatório será composto como uma relatoria comunitária da ALMG, da Aedas, da associação Puri, do Movimento dos Atingidos por Barragens e da Pastoral da Terra.

O segundo ponto a ser abordado, conforme o parlamentar, são as graves violações dos direitos humanos dos membros da aldeia, que serão objeto de requerimentos pela Comissão de Participação Popular.

Ao final da visita, foram realizados novos rituais de dança indígena, culminando com um almoço comunitário com doações. Foram servidos peixes assados, bananas, mandiocas e batatas-doces cozidas.

Conclusão

Após as observações e constatações realizadas durante a visita, ficou evidente que as condições de saúde e bem-estar das pessoas na ocupação são alarmantes. Há idosos, pessoas com deficiência, bebês e pessoas doentes, em situação extremamente vulnerável. Faltam medicamentos, água potável, energia elétrica, comunicação e banheiros no local. Muitas pessoas estão dormindo diretamente sobre colchões no chão de terra. Não há proteção adequada para as chuvas, frequentes nesse período. A comunidade tem recebido algumas doações de alimentos e água mineral, mas o grosso da hidratação das pessoas é feita em um córrego que não passou por exame de potabilidade.

Essa situação crítica demanda atenção urgente para garantir condições mínimas de dignidade e direitos humanos para os indígenas. O fornecimento de assistência jurídica, medicamentos, assistência médica, acesso à educação pelas crianças, alimentos, roupas, eletricidade, entre outras políticas públicas, são encaminhamentos urgentes de serem feitos.

O deputado Leleco Pimentel destacou que este relatório será encaminhado à ONU, ao juízo responsável pela ação de reintegração de posse movida contra os indígenas, ao Ministério dos Povos Indígenas, à Funai, à Secretaria de Saúde Indígena, à Aliança Energia, aos Ministérios Públicos Federal e Estadual, às Defensorias Públicas Federal e Estadual, ao Conselho Indigenista Missionário, à Aedas, ao MAB, à Comissão Pastoral da Terra, à comissão externa destinada a fiscalizar os rompimentos de barragens, em especial a acompanhar a repactuação do acordo de Mariana e a reparação do crime de Brumadinho, à Advocacia-Geral da União, à Cipe Rio Doce, às Prefeituras de Itueta e de Resplendor, à Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – Apib –, à Fundação Renova, à Vale S.A. e à Samarco Mineração. Anexos a este relatório, estão documentos produzidos pela Aedas e pela associação que representa a aldeia.

Sala das Comissões, 14 de novembro de 2024.

Deputado Leleco Pimentel, relator.



CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO

CORRESPONDÊNCIA

– O 1º-secretário despachou, em 9/9/2026, a seguinte correspondência:

Ofício Sejusp-CPAR nº 116/2026, da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.168/2023, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao Requerimento nº 4.168/2023.)

Ofício Sejusp-CPAR nº 113/2026, da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.170/2023, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao Requerimento nº 4.170/2023.)

Ofício nº 1.245/2026/Aspar/GM, do Ministério dos Transportes, prestando informações relativas ao Requerimento nº 18.092/2026, do deputado Enes Cândido. (– Anexe-se ao Requerimento nº 18.092/2026.)

Ofício nº 352/2026/CGATP/Desmad/Saes/MS, da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde do Ministério da Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento nº 18.798/2026, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao Requerimento nº 18.798/2026.)

Ofício SES/GAB-Atosleg nº 205/2026, da Secretaria de Estado de Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento nº 18.827/2026, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao Requerimento nº 18.827/2026.)

Ofício nº 1183, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 19.157/2026, da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte. (– Anexe-se ao Requerimento nº 19.157/2026.)

Ofício da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais prestando informações relativas ao Requerimento nº 19.207/2026, da Comissão de Cultura. (– Anexe-se ao Requerimento nº 19.207/2026.)

Ofício CBMMG/DAI-1 nº 161/2026, do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 19.249/2026, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao Requerimento nº 19.249/2026.)

Ofício nº 200/2026-GAB/5ªPJGV, da 5ª Promotoria de Justiça de Governador Valadares, prestando informações relativas ao Requerimento nº 19.346/2026, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao Requerimento nº 19.346/2026.)



ASSEMBLEIA FISCALIZA

RELATÓRIO DE REUNIÃO

Prestação de Contas do Governo Ano 2026 – 1º Ciclo

Prestação de informações sobre a gestão das Secretarias de Estado de Fazenda, de Governo, de Casa Civil e de Comunicação Social, entre 1º de maio de 2025 a 30 de abril de 2026, no âmbito do 1º ciclo do Assembleia Fiscaliza – Prestação de contas do Governo de 2026.

Reunião conjunta das Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária, de Administração Pública, de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, de Desenvolvimento Econômico e de Participação Popular.

Comissão Convidada: Comissão de Cultura

Presidente da Reunião: Deputado Zé Guilherme

Data: 23/6/2026

Horário: 9 horas

Local: Auditório José Alencar

I – APRESENTAÇÃO

Em 23/6/2026, as Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária, de Administração Pública, de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, de Desenvolvimento Econômico e de Participação Popular, tendo como convidada a Comissão de Cultura, receberam Luciana Mundim de Mattos Paixão, secretária de Estado de Fazenda; Castellar Modesto Guimarães Neto, secretário de Estado de Governo; Cássia Amorim Ximenes de Souza, secretária de Estado de Comunicação Social, e Marcel Dornas Beghini, secretário de Estado da Casa Civil, que prestaram informações sobre a gestão de suas respectivas áreas de competência relativamente ao período de 1º de maio de 2025 a 30 de abril de 2026, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado.

Acesse o vídeo da íntegra da reunião: clique aqui para assistir a reunião. Ou acesse pela programação do Assembleia Fiscaliza no endereço: almg.gov.br/fiscaliza.

II – PRESENÇAS

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária: deputados Antonio Carlos Arantes, João Magalhães (substituindo Leonídio Bouças), Noraldino Júnior (substituindo Enes Cândido), Ulysses Gomes e Zé Guilherme.

Comissão de Administração Pública: deputadas Beatriz Cerqueira e Nayara Rocha e deputado Professor Cleiton.

Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte: deputada Carol Caram e deputado Adriano Alvarenga.

Comissão de Desenvolvimento Econômico: deputado Roberto Andrade.

Comissão de Participação Popular: deputados Ricardo Campos e Leleco Pimentel (substituindo deputado Doutor Jean Freire).

Poder Executivo:

Luciana Mundim de Mattos Paixão, secretária de Estado de Fazenda; Castellar Modesto Guimarães Neto, secretário de Estado de Governo; Cássia Amorim Ximenes de Souza, secretária de Estado de Comunicação Social; Marcel Dornas Beghini, secretário de Estado da Casa Civil.

Demais presenças: deputadas Bella Gonçalves e Lohanna e deputados Arlen Santiago, Carlos Pimenta, Dalmo Ribeiro, Duarte Bechir, Dr. Maurício, Gil Pereira, Gustavo Valadares, Vítório Júnior e Zé Laviola.

III – TEMAS DISCUTIDOS

A secretária de Estado de Fazenda iniciou sua exposição apresentando os números acerca do resultado fiscal, da receita corrente líquida, da despesa com pessoal e da dívida consolidada líquida. Em seguida, informou sobre o estágio de adesão de Minas Gerais ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados – Propag –, e sobre a avaliação e negociação dos ativos ofertados, transparência fiscal, receita tributária, tratamentos tributários setoriais, controle fiscal e combate à sonegação, ações com foco no contribuinte e iniciativas com o uso de inteligência artificial. A secretária também esclareceu que a despesa de pessoal permaneceu dentro do limite máximo estabelecido pela Lei Complementar Federal nº 101, de 4/5/2000, a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal, e que o Estado não realizou operação de crédito no período. Segundo ela, o Propag prevê correção do saldo da dívida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA –, prazo de até 360 meses e pretendida de até 20%. Ela indicou como etapas pendentes o aporte anual ao Fundo de Equalização Federativa – FEF – e a formalização da transferência de ativos. Acrescentou que, com o Propag, o Estado pode reduzir o esforço fiscal, perseguindo trajetória mais sustentável na evolução do endividamento, o que possibilita a ampliação da sua capacidade de investimentos.

A titular da pasta informou ainda que houve queda real de 0,7% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS – entre janeiro e maio de 2026, se comparado com o mesmo período em 2025, além de redução do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação – ITCD – e das taxas. Observou-se, contudo, crescimento acumulado da arrecadação entre 2019 e 2025.

Esse resultado dos últimos anos, de acordo com a secretária, está associado à expansão da base tributária, à modernização e à atuação da fiscalização, bem como à atração de investimentos. Ela citou R\$534,4 bilhões em investimentos atraídos e a geração de 305 mil empregos diretos entre 2019 e 2026. Por fim, apresentou o Balanço Cidadão, o Boletim de Custos, o IPVA Digital, o pagamento por pix, a dispensa da Declaração de Apuração e Informação do ICMS – Dapi – para mais de 213 mil contribuintes e a redução do prazo médio de conclusão de processos de ITCD de 29 para oito dias como avanços obtidos nos últimos anos.

O secretário de Estado da Casa Civil, em sua apresentação, descreveu os trabalhos realizados em frentes de atuação como a coordenação do alinhamento institucional do governo, o assessoramento técnico ao governador e ao vice-governador, a análise de atos submetidos à assinatura do governador, a gestão de correspondências, a tramitação de processos especiais e a articulação intersetorial. Foram destacados 63 casos intermediados no Centro de Autocomposição de Conflitos e Segurança Jurídica do Ministério Público – Compor –, a reativação do Conselho de Defesa Social, a análise de impacto regulatório e a participação no Sistema de Avaliação de Políticas Públicas – Sapp MG.

A secretária de Estado de Comunicação Social, por sua vez, apresentou as ações realizadas pelo órgão para ampliar a distribuição regional da comunicação governamental. Ela informou que houve crescimento superior a 28% na base de veículos de imprensa parceiros, aumento de 155% das publicações em mídia exterior, produção de 3.723 matérias no portal governamental Agência Minas, além de 944 fotos disponibilizadas, 853 matérias de rádio e mais de 8 mil conteúdos distribuídos regionalmente. De acordo com a secretária, no projeto Governo Presente, foram atendidas 133.181 pessoas em 18 cidades, com oferta de serviços de identificação, vacinação, castração de animais, carteiras específicas e serviços de órgãos estaduais. Finalizando, ela destacou o registro de mais de 1 milhão de seguidores nas redes sociais do governo e 96% de respostas às demandas da imprensa em até 24 horas.

O secretário de Estado de Governo tratou, em sua apresentação, da relação institucional com a Assembleia Legislativa, da participação em audiências públicas, das proposições encaminhadas pelo Executivo, dos requerimentos e ofícios parlamentares respondidos, da análise de impacto regulatório, das emendas parlamentares impositivas, da modernização do Sistema de Gestão de Convênios e Parcerias – Sigcon – e da acessibilidade do *Diário Oficial eletrônico*. Ele informou as solicitações do Poder Legislativo: por convite ou convocação, foram 301 audiências públicas, com participação de representantes do Poder Executivo em 280 delas; 3.844 requerimentos recebidos e 3.602 respondidos, e 20.732 demandas por ofício. Além disso, das 37 proposições apresentadas, 30 foram aprovadas pelo Legislativo. Por último, o secretário esclareceu que, para 2025, foram pagos R\$2,146 bilhões em emendas impositivas, correspondente a 99,9% do valor aprovado. Já para 2026, foi um total de R\$1,642 bilhão, incluindo o valor pago no exercício e os restos a pagar, equivalentes a 73,3% do montante aprovado até a data da reunião.

Na fase de debates, os principais temas discutidos foram:

1) Destinação dos recursos da desestatização da Copasa.

Os parlamentares cobraram informações acerca do ingresso dos recursos provenientes da desestatização da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa –, bem como sobre a necessidade de envio de projeto de lei à Assembleia para a abertura de crédito adicional ao orçamento para sua utilização neste exercício, sobre a destinação desses recursos para a amortização da dívida no âmbito do Propag e para o Fundo Estadual de Saneamento Básico. Foram solicitados valores, datas, dotações, fontes, cronograma de amortização, cálculo dos 5% destinados ao fundo e plano de aplicação dos recursos.

A secretária de Fazenda afirmou que os recursos já haviam ingressado no caixa estadual, mas que a destinação ainda estava em análise.

2) Oferta e avaliação de ativos no Propag e plano de investimentos obrigatórios.

Os deputados questionaram sobre o estágio de avaliação dos imóveis e de outros ativos ofertados à União, assim como a situação da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig –, da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – Codemge – e da Companhia Energética do Estado de Minas Gerais – Cemig – como parte da amortização da dívida do Estado e do plano de investimentos associado à redução de juros no âmbito do Propag.

A secretária de Fazenda informou que os imóveis estavam sob análise da Secretaria de Patrimônio da União e que outros ativos serão avaliados pelos órgãos federais competentes. Segundo ela, a Cemig não foi ofertada e o plano de investimentos existe e pode ser enviado à Assembleia.

3) Benefícios fiscais, identificação dos beneficiários e efeitos econômicos alegados.

Os parlamentares questionaram sobre os valores de renúncias fiscais acumulados ao longo dos últimos anos, bem como sobre a identificação de empresas beneficiárias, os incentivos concedidos a mineradoras e prestadores de serviços no Vale do Jequitinhonha e os efeitos dos tratamentos tributários setoriais.

A secretária de Fazenda explicou que os tratamentos são setoriais e podem combinar crédito presumido e diferimento. Ela citou estudo acadêmico elaborado pela Universidade Federal de Minas Gerais segundo o qual cada real de ICMS renunciado teria impacto estimado de R\$1,23 no produto interno bruto estadual. Segundo ela, a relação dos beneficiários e os estudos estão no Portal da Transparência.

4) Despesas com publicidade e ações na área de comunicação.

Questionou-se a respeito dos custos da iniciativa Governo Presente, do volume de recursos destinados à publicidade e do uso da imagem do governador nas redes oficiais em período pré-eleitoral.

A secretária de Comunicação informou que o governador aparecia na capa de 18 das 251 postagens do Instagram do Governo de Minas e no conteúdo de 94 postagens. Disse não possuir os custos do Governo Presente e que poderia apurá-los. Quanto à publicidade, apresentou dados parciais e se dispôs a encaminhar o recorte correspondente ao período da prestação de contas.

5) Transparência e execução das emendas parlamentares e atendimento às demandas da Assembleia.

Foram debatidos o pagamento das emendas impositivas, as novas exigências de planos de trabalho, a execução das emendas oriundas da Comissão de Participação Popular e o crescimento de requerimentos e ofícios dirigidos ao Poder Executivo.

O secretário de Governo informou que o volume de requerimentos e ofícios cresceu independentemente da conversão de demandas. Segundo ele, as indicações da Comissão de Participação Popular dependem de complementações a serem enviadas pela Assembleia. Por fim, ele se comprometeu com o processamento e o pagamento das emendas aprovadas.

6) Crédito consignado dos servidores, recursos do metrô e política habitacional.

Foi questionada a situação da Credcesta, linha de empréstimo consignado disponibilizada aos servidores públicos estaduais, ligada ao Banco Master, bem como a administração dos recursos destinados às obras de expansão e modernização do metrô da Região Metropolitana de Belo Horizonte, assim como a aplicação de recursos do Fundo Estadual de Habitação.

A secretária de Fazenda informou que a administração da folha não compete à pasta. Além disso, afirmou não ter conhecimento de mudança de instituição financeira nas contas geridas pelo Tesouro e que a política habitacional não é de competência da secretaria. Ela finalizou comprometendo-se a apresentar saldos e aportes de recursos de Brumadinho sob gestão do Tesouro.

IV – COMPROMISSOS

Secretaria de Estado de Fazenda

Compromissos e posicionamentos do Executivo
• Enviar à Assembleia os planos e informações solicitados sobre o Propag, inclusive o plano de investimentos obrigatórios. • Fornecer informações sobre benefícios e renúncias fiscais, inclusive dados solicitados por parlamentares. • Apresentar saldos e valores relativos ao Acordo de Brumadinho aportados no Tesouro.

Secretaria de Estado de Comunicação

V – ENCAMINHAMENTOS PARLAMENTARES

Encaminhamentos dos parlamentares – Requerimentos
RQN 18.609/2026: Requer seja encaminhado à secretária de Estado de Fazenda pedido de informações sobre as renúncias e os benefícios fiscais praticados pelo Estado no ano de 2025, com a identificação dos respectivos beneficiários. [https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/RQN/18609/2026]. RQN 18.610/2026: Requer seja encaminhado à secretária de Estado de Fazenda e ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre as instituições financeiras habilitadas para operar a concessão de empréstimos consignados em folha de pagamento aos servidores públicos estaduais e sobre as medidas adotadas em relação à situação do Banco Master, com os esclarecimentos que especifica. [https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/RQN/18610/2026]. RQN 18.611/2026: Requer seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre as instituições financeiras habilitadas para operar a concessão de empréstimos consignados em folha de pagamento aos servidores públicos estaduais e sobre as medidas adotadas em relação à situação do Banco Master, com os esclarecimentos que especifica. [https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/RQN/18611/2026]. RQN 18.612/2026: Requer seja encaminhado à secretária de Estado de Fazenda e ao secretário de Estado de Governo pedido de informações acerca da administração dos recursos públicos, especialmente os provenientes das transferências da União e do Acordo Judicial de Reparação Integral Relativa ao Rompimento das Barragens de Brumadinho, destinados às obras de expansão e modernização do metrô da Região Metropolitana de Belo Horizonte, com os esclarecimentos que especifica. [https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/RQN/18612/2026]. RQN 18.614/2026: Requer seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão e ao secretário de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias pedido de informações acerca da administração dos recursos públicos, especialmente os provenientes das transferências da União e do Acordo Judicial de Reparação Integral Relativa ao Rompimento das Barragens de Brumadinho, destinados às obras de expansão e modernização do Metrô da Região Metropolitana de Belo Horizonte, com os esclarecimentos que especifica. [https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/RQN/18614/2026]. RQN 18.616/2026: Requer seja encaminhado à secretária de Estado de Fazenda e ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre a aplicação dos recursos do Fundo Estadual de Habitação, com os esclarecimentos que especifica. [https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/RQN/18616/2026]. RQN 18.617/2026: Requer seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão e à presidente da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre a aplicação dos recursos do Fundo Estadual de Habitação, com os esclarecimentos que especifica. [https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/RQN/18617/2026]. RQN 18.618/2026: Requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo pedido de informações acerca das medidas adotadas para compatibilização das informações relativas aos recursos extraordinários recebidos em decorrência do Acordo Judicial para Reparação Integral e Definitiva Relativa ao Rompimento da Barragem de Fundão. [https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/RQN/18618/2026]. RQN 18.619/2026: Requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias pedido de informações sobre a conclusão das obras de asfaltamento, recapeamento ou manutenção dos trechos de rodovia que especifica, indicando-se as fontes de recursos utilizados na execução dessas obras. [https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/RQN/18619/2026]. RQN 18.620/2026: Requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre a conclusão das obras de asfaltamento, recapeamento ou manutenção dos trechos de rodovias que especifica e sobre as fontes de recursos utilizados na execução dessas obras. [https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/RQN/18620/2026]. RQN 18.621/2026: Requer seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre a destinação dos recursos decorrentes da desestatização da Companhia de Saneamento de Minas Gerais, com o envio a esta Casa dos documentos que especifica. [https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/RQN/18621/2026]. RQN 18.622/2026: Requer seja encaminhado à secretária de Estado de Fazenda e ao secretário de Estado de Governo pedido de informações, consubstanciadas nos documentos que especifica, sobre a aplicação dos recursos provenientes da desestatização da Companhia de Saneamento de Minas Gerais, especialmente quanto à amortização da dívida pública, aos investimentos obrigatórios, à destinação de recursos ao Fundo Estadual de

Saneamento Básico e ao cumprimento das exigências da Lei Complementar Federal nº 212, de 2025.

[<https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/RQN/18622/2026>].

RQN 18.623/2026: Requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre a execução orçamentária das emendas da Comissão de Participação Popular à Lei Orçamentária Anual relativa ao exercício de 2025, com os esclarecimentos que especifica.

[<https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/RQN/18623/2026>].

Belo Horizonte, 23 de junho de 2026.

Deputado Zé Guilherme, presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 4/9/2026, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato, publicado na edição de 10/8/2026, que nomeou Gabrielle Karina Costa, padrão VL-25, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Carol Caram;

exonerando Alex Leite de Freitas, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Cristiano Silveira.